



**X COLÓQUIO
INTERNACIONAL**
"Educação e Contemporaneidade"
22 a 24 de Setembro de 2016
São Cristóvão/SE - Brasil



ISSN: 1982-3657

GÊNERO E SEXUALIDADE: TENSÕES E SOBREPOSIÇÕES ENTRE EDUCAÇÃO FORMAL E RELIGIÃO

INGRIT MACHADO JEAMPIETRI DE PAIVA
DANIELA SENER

EIXO: 1. EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

RESUMO: Os preconceitos de gênero e de orientações sexuais aparecem no Brasil como construtos de disparidade escolar e de exclusão. Os recentes impasses para a formulação do Plano Nacional de Educação têm apontado para sobreposições entre os campos educacional e religioso, o que impossibilitou a permanência da meta que pretendia superar as desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual. Este artigo pretende apontar as tensões, sobreposições e cumplicidades entre a matriz religiosa cristã Católica e a educação formal no que tange às questões de gênero e sexualidade, abrangendo as discordâncias entre coletivos sociais e a igreja Católica, passando pela forja da terminologia "ideologia de gênero". Analisaremos como o poder simbólico religioso propicia a reprodução de preconceitos no espaço escolar. **Palavras-chave:** Campo Religioso; Campo Educacional; Gênero; Sexualidade. **ABSTRACT:** Gender and sexual orientations bias act as constructs of school disparity and exclusion in Brazil. Recent obstacles to the formulation of the National Education Plan (PNE) have been pointing to overlaps between educational and religious fields; such a situation made it impossible to hold the intended aim to overcome educational inequalities, emphasizing the promotion of racial, regional, gender and sexual orientation equality. This article aims at showing tensions, overlaps and complicities between the Christian Catholic religious matrix and formal education in relation to gender and sexuality issues. The paper will focus on disagreements between social movements and the Catholic Church, looking at the construction of the terminology "gender ideology". It will also analyze how religious symbolic power contributes to the reproduction of prejudice at school. **Keywords:** Religious Field; Educational Field; Gender; Sexuality.

INTRODUÇÃO

Com vistas à formulação do Plano Nacional da Educação (PNE) 2014-2024 houve no Brasil grande disputa pela influência no Campo Educacional. De um lado aqueles que movidos por pesquisas de gênero, movimentos feministas e LGBT, desejavam que a educação tivesse como meta a “superação de desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”; do outro, coletivos religiosos que denominavam a inclusão desta meta como “Ideologia de Gênero”, que teria como objetivo ensinar às crianças que elas não possuem sexo. Porém, segundo o “Manifesto pela Igualdade de Gênero na Educação”, “falar em uma educação que promova a igualdade de gênero não significa anular as diferenças percebidas entre as pessoas (o que tem sido amplamente distorcido no debate público), mas garantir um espaço democrático onde tais diferenças não se desdobrem em desigualdades”. (MANIFESTO, 2015)

O posicionamento deste Manifesto apresenta-se coerente com inúmeras pesquisas que apontam para a violência, o preconceito e a evasão escolar como parte de construtos sociais firmados nas desigualdades de gênero e distanciamentos sociais. Corroborando nesta perspectiva podemos citar o “Estudo sobre Ações Discriminatórias no Âmbito Escolar” realizada pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômicas (FIPE, 2009) em 501 escolas de todo território Nacional.

A pesquisa apontou que “os maiores valores para o índice ponderado percentual de concordância com as atitudes discriminatórias foi a que exprime a discriminação em relação a gênero (38,2%)” (FIPE, 2009, p. 6), e que, o maior índice (72%) de distanciamento social é em relação a pessoas homossexuais.

O quadro torna-se mais alarmante ao apresentar que quanto maior a participação em uma instituição religiosa, há uma elevação de 2% para o preconceito de gênero, geracional e territorial e de 6% para preconceito em relação à orientação sexual (Idem, p. 340), e que, “respondentes de outras religiões que não a católica ou a evangélica (budista, candomblé, umbanda, espírita, judaica, muçulmana e outras) apresentaram os menores valores para as atitudes e para as distâncias sociais.” (Idem, p. 10). Estes dados somados à mensuração comparada com a Prova Brasil 2007, onde foi constatado que quanto maior o índice de preconceito menor a nota dos alunos (Idem, p. 347) apontam para a sobreposição entre o Campo Religioso e Educacional que propicia não somente preconceitos com também prejuízo para os educandos.

Tendo em vista a sobreposição do Campo Religioso no Educacional e suas consequências negativas ao forjar pré-conceitos sobre gênero e sexualidade é relevante levantarmos nossos olhares para as disputas e cumplicidades dos agentes sociais em torno do PNE. Partindo desta perspectiva este artigo pretende observar as tensões, sobreposições e cumplicidades entre Campo Religioso e Educacional. No primeiro instante apontaremos as discordâncias entre coletivos sociais que buscam a promoção da igualdade de

gênero e de sexualidade Vs Igreja Católica – , passando pela frágua da terminologia “ideologia de gênero”, para, enfim, analisar como a transmutação do poder simbólico religioso em capitais culturais propicia a reprodução de preconceitos no espaço escolar.

1. TENSÕES E CUMPLICIDADES

No ano de 2014 foi aprovado o PNE (2014-2024), documento que apresenta diretrizes e metas para a educação em todo território nacional. As pautas de discussão para sua formulação foram as mais diversas respeitando as demandas necessárias para uma educação democrática e integral, como: estrutura, financiamento, plano de carreira, metas, entre outras, abrangendo ainda questões mais polêmicas como justiça social, direitos humanos, meio ambiente, democratização do acesso, controle social dos recursos etc. Porém, a mais polêmica das discussões girou em torno da meta que previa a superação das desigualdades educacionais com ênfase na “promoção da “igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”, expressão substituída por “cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação”. (BRASIL-PNE. 2014, p. 22).

Durante a formulação do PNE foi possível observar a união de coletivos religiosos cristãos fundamentalistas e/ou conservadores que através das mídias sociais convocavam seus membros e simpatizantes a enviarem cartas, e-mails e mensagens aos Senadores pressionando-os a não deixassem passar essa “aberração” contra a “família natural”, nominando-a de “ideologia de gênero”.

Para entendermos como se construiu tal situação é necessário considerar suas raízes na disputa pelos Campos Religioso e Político Brasileiro, disparada pela união de coletivos religiosos evangélicos nas últimas décadas do século XIX , acrescido pela perda de posição de religião oficial que a Igreja Católica possuía até o Decreto nº 119-A de 7 de janeiro de 1890, fatos que levaram a Igreja Católica ao contra-ataque com o Movimento da Restauração Católica que buscava não somente retomar o poder político dos católicos , mas também barrar o crescente campo evangélico. Em outras palavras, a perda inicial da influência política somada aos perigos crescentes que os subcampos religiosos apresentam para a Igreja Católica, levou-a a buscar mecanismos capazes de manter seu poder simbólico nas instituições públicas. Dentre estes mecanismos podemos citar a recatolização em parceria com intelectuais, as Comunidades Eclesiais de Base, o Movimento Carismático, o aumento de políticos declaradamente religiosos, a crescente midiaticização da religiosidade cristã, entre outros.

Apesar das diferenças teológicas e das disputas internas e externadas do campo religioso brasileiro podemos adentrar o século XXI observando grande cumplicidade entre os agentes quanto ao intuito de fortalecer padrões morais da sociedade firmados em referenciais religiosos. Se de um lado estes não tardam em lançar farpas em seus “concorrentes” no “mercado religioso”, em outro, como em grandes fusões multinacionais praticam acordos pela manutenção do “status quo”.

Para alcançarmos como o habitus religioso aparece como estrutura estruturada estruturante que toma as

questões gênero e sexualidade como capitais dignos de disputa, e que produzirão e/ou reproduzirão as estruturas escalonais do campo religioso no campo educacional, transversalizando capitais de um campo ao outro, escamoteando sua origem através da dissimulação agencial, precisamos considerar não somente o cenário nacional. É importante refletir também sobre o que foi denominado como “ideologia de gênero”.

Esse termo foi cunhado após a IV Conferência Mundial das Nações Unidas Sobre a Mulher, realizada no ano de 1995 em Pequim, e que tinha como objetivo criar um documento com ações para o avanço da igualdade e do empoderamento das mulheres. Porém, grande discórdia surgiu em torno do termo gênero, que era interpretado por alguns como sinônimo de sexo e por outros como construto social de papéis. (IIDM, 1995).

[...] “O gênero refere-se às relações entre mulheres e homens baseadas em papéis definidos socialmente que são atribuídos a um ou outro sexo”. Esta definição causou confusão entre os delegados da Conferência, principalmente entre aqueles provenientes de países católicos e da Santa Sé, que pediram uma maior explicitação do termo, já que se pressentia que este [vocábulo] poderia encobrir uma agenda inaceitável que incluiria a tolerância das orientações e identidades homossexuais, entre outras coisas. (Conferência Episcopal Peruana. 2008, p. 2 – grifo do autor).

Mesmo antes da conferência já é possível observar movimentação da Igreja Romana. Podemos citar como exemplos a Santa Sé ter seguido a ONU ao Declarar o Ano de 1994 como ano da família emitindo inclusive um Carta às Famílias – “*Gratissimam Sane*” - em 2 de Fevereiro de 2014, e a Carta às Mulheres emitida em 29 de Junho de 1995, ambas fazendo referência ao papel da mulher na sociedade – ser mãe - e assinadas por João Paulo II. Apesar de o segundo documento citado falar sobre a futura Conferência de Pequim e importância da dignidade feminina nas relações familiares e no trabalho, o documento não conseguiu superar a distinção do papel feminino – feminilidade - firmado nas “leis naturais” da maternidade e do cuidado.

Após a Conferência as tensões aumentaram suscitando uma corrida contra a “Agenda de Gênero” que poderia acabar com a “Família Natural”. Tal situação levou não somente as instituições religiosas, mas também pesquisadores – geralmente ligados a instituições religiosas e à Santa Sé – a buscarem meios de “alertar” e “conscientizar” os cristãos do perigo da “agenda de gênero”, termo que é progressivamente substituída por “ideologia de gênero”. Como esforço neste sentido podemos citar a Conferência Episcopal Peruana que publicou o texto “A Ideologia do Gênero: seus perigos e alcances” (1998) e o livro de Jorge Scala (2010) denominado “La Ideología de Género: el género como herramienta de poder”. A escolha destes dois documentos se dá pelo fato de quase totalidade dos discursos “anti-ideologia de gênero nas escolas” contidos em documentos enviados ao Senado, à Câmara, cartas diocesanas, publicações em blogs, mídias sociais, palestras ou demais meios de difusão – no Brasil –

serem sumula de ambos.

As polêmicas em torno do PNE e seus desdobramentos – Planos Estaduais e Municipais de Educação - fizeram com que em junho de 2015 fosse publicado a “Manifesto Pela Igualdade de Gênero na Educação” assinado por associações, comissões, grupos de estudos, entre outros coletivos, totalizando 113 assinaturas. Este documento apresenta a necessidade de se falar de gênero nas escolas como forma de diminuir a evasão escolar, a violência e o preconceito. Quanto ao termo “ideologia de Gênero” cunhado por coletivos religiosos o documento apresenta o seguinte posicionamento:

[...] vêm a público manifestar repúdio à forma deliberadamente distorcida que o conceito de gênero tem sido tratado nas discussões públicas e denunciar a tentativa de grupos conservadores de instaurar um pânico social, banir a noção de “igualdade de gênero” do debate educacional e reificar as desigualdades e violências sofridas por homens e mulheres no espaço escolar. [...] Ao contrário de “ideologias” ou “doutrinas” sustentadas pela fundamentação de crenças ou fé, o conceito de gênero está baseado em parâmetros científicos de produção de saberes sobre o mundo.

Considerando o grande número de capitais culturais de nosso País que estão firmados em princípios religiosos abrangendo desde leis constitucionais até diretrizes educacionais, faz-se necessário observar como os mecanismos de poder advindos do poder simbólico do campo religioso conseguem transversalizar seus capitais dissimulando-os como verdade dada e imutável que devem servir de base para outros campos da vida social.

2. SOBREPOSIÇÕES

A construção do Campo Educacional de nosso País está intrinsecamente marcada pelo Campo Religioso, seja nas escolas jesuítas, nas escolas de primeiras letras, nos ginásios, nas catequeses etc. Para percebermos esta sobreposição é essencial considerarmos que desde os primórdios ela está marcada pela necessidade organizacional e constitutiva da colônia nascente, e que o interesse pela educação abrolha do imperativo de transvestir o pensamento religioso como campo de atividades práticas, conforme Teixeira Soares (1961, p. 142): “Refazer o homem, infundir-lhe espírito novo, arquetipá-lo em finalidades sociais e religiosas, foi a ação da Ordem.” – referindo-se a Companhia de Jesus. Assim, a religião exerce além da função de mercadora de bens religiosos, a função política de mercadora de capitais distintos e distintivos, fato que propiciará a difusão de seu modo de ver o mundo – poder simbólico – como legítimo e inquestionável.

A eficiência do capital religioso transmutado em capital educacional – e/ou político - aponta-nos para a realidade objetiva e subjetiva que vivenciamos em nossos dias, onde a separação estado/igreja não aparece necessariamente como separação político/religioso ou publico/privado. Muitos estudiosos têm se debruçado sobre a complexidade de estabelecer raias limítrofes para estas esferas, e acabam por colocar o campo religioso como ator necessário na política democrática . Assim, nosso questionamento

não está na legitimidade ou não da interferência de coletivos religiosos nas políticas públicas – já que estas são públicas – e sim qual o capital eficiente em disputa nos dois campos que possibilita transversalizar e dissimular o poder simbólico do religioso, como algo ainda imprescindível para a ordem social.

É importante ponderar que o interesse do campo religioso pelo campo educacional no recente PNE brasileiro advém da possibilidade de inculcar e perpetuar capitais simbólicos capazes de manutenção do “status quo”. A escola aparece assim como lócus de reprodução simbólica e de manutenção das relações de poder, dissimulando a força do construto histórico sob o qual se dá a realidade social.

Bourdieu assinala que a continuidade constitutiva das estruturas, representações e práticas sociais aparece como constante necessária para o exame das relações sociais, apontando para a necessidade de transpor os limites da própria análise sociológica, repensando os agentes dentro das relações estruturais e objetivas e o duplo sentido desta permuta na produção do habitus que doará sentido ao jogo e interesse por capitais distintos e distintivos; ou seja, é necessário considerar que a construção do mundo social se dá tanto por lógicas objetivas como pela ação dos agentes e suas motivações.

Partindo desta perspectiva a movimentação agencial não se dá à revelia, pois ao reconhecer as regras do jogo agem quase que encantados por suas regras antecipando as jogadas – *illusio*, “cumplicidade ontológica entre as estruturas mentais e as estruturas objetivas do espaço social”. (BOURDIEU. 1996 [1930], p. 139-140) . Tanto o campo, o habitus, como os capitais apresentam-se como estruturas estruturadas estruturantes com indissolúvel parentesco. Em outras palavras, é necessário considerar que toda estratégia de ação agencial segue um sentido prático que lhe confere coerência, ao mesmo tempo em que possibilita a concorrência, a disputa interna específica a cada campo e a saturação de determinado capital eficiente neste. Este hibridismo do habitus – adaptação cognitiva estruturante – assinala para aquilo que Bourdieu em “Estrutura, habitus e prática” (1998) chama de “infinitude de esquemas participativos”, ou seja, para a plasticidade e criatividade agencial.

A “produção e realização, adaptadas objetivamente para seus efeitos” (ANDRADE, 2014, p. 104) aparecem assim como “esquema particular”, reprodutivo criativo, onde o sentido prático do habitus permanece em constante dialética com o campo e/ou campos. O habitus – neste caso específico o código de aceitação social das questões de gênero e sexualidade - é definido pelos elementos vitoriosos destas disputas por capitais distintivos, que necessitam até certo ponto da criatividade e dissimulação agencial de transfigurar o poder simbólico do aparato moral da religião como algo dado e imutável – imanente ao indivíduo.

Crítico cáustico da reprodução das desigualdades sociais nas produções culturais e em sua difusão através da educação, Bourdieu aponta para o acúmulo desigual de capitais, principalmente simbólicos, pois são os capitais – simbólicos, econômicos, financeiros e sociais – que criarão os estamentos de

classificação para os agentes sociais. Para uma análise deste processo é importante levar em consideração não somente a distinção estamental dos agentes dispostos a jogar, mas principalmente quais são os capitais em disputa, uma vez que, são estes que propiciarão a estrutura estruturada estruturante do habitus, tanto na dimensão simbólica, cultural, material, corpórea, entre outras.

O escalonamento agencial firmado no poder simbólico das relações de gênero e sexualidade advindas de referenciais religiosos judaico-cristãos possibilitou que durante a formulação do PNE a movimentação agencial estivesse delimitada pelo habitus religioso. O encantamento agencial advindo das estruturas estruturadas estruturantes deste possibilitou a recodificação e ressignificação das pesquisas de gênero. Em outras palavras, o interesse dos agentes em manutenção do escalonamento firmado por capitais distintos e distintivos propiciou o levante da Igreja Católica Romana - e de seus desdobramentos, seja nos subcampos ou em pesquisadores ligados a Santa Sé - como defensora legítima da fé e da moralidade, dissimulando os interesses do campo religiosos ao forjar a terminologia “ideologia de gênero”.

Gênero e sexualidade aparecem como capitais distinto e distintivo, dignos de disputa, por terem sido corporificados através da violência simbólica exercida pelo poder simbólico do religioso e das representações culturais estigmatizadas na feminilidade e na masculinidade. As relações estruturais escalonam homens e mulheres e lançam fora das estruturas as sexualidades dispareas da heteronormatividade. Isto é possível devido ao duplo sentido do jogo relacional que permuta as corporificações subjetivadas e estruturas sociais objetivadas, transmutando capitais éticos do religioso como natureza inquestionável.

O duplo sentido estrutura/agente, objetivo/subjetivo doou sentido ao jogo de interesse mascarando o escalonamento inferior que deve ser ocupado pela mulher. As performances de gênero que não obedecem este escalonamento são deslegitimadas com o intuito de manter a disparidade escalonal. É necessário considerarmos que estes estamentos impossibilitam a fixação estrutural de pessoas homoafetivas, uma vez que, por exemplo, uma pessoa sendo homem assumiria imediatamente uma posição melhor na estrutura, mas uma vez que esse cumpriria o “papel da mulher” em uma relação sexual, este não estaria mais na mesma posição no campo. A não possibilidade de estamentar alguém que não estivesse capitalizado pela feminilidade ou masculinidade objetivada no sexo biológico, ou seja, que caminhasse entre estes dois capitais distintivos, causa tremendo desconforto a coletivos religiosos que necessitam destes parâmetros para o escalonamento agencial.

As mulheres que lutaram e lutam pela igualdade de gênero muitas vezes são tachadas como agentes fora da estrutura escalonal, a menos que cumpram o papel da feminilidade imposta pela igreja, ou seja, ser casada, mãe, cuidadora do lar e dos filhos e auxiliadora do marido, simplesmente aceitando sua submissão ao “varão” cuidando de seus interesses. Aquelas que não se submetem à fixação estamental –

feminilidade - que lhe é estipulada e que lhe atribui deveres específicos acabam por serem deslegitimadas, e por vezes, estigmatizadas como machonas, históricas, preguiçosas, mal-amadas, entre outras formas pejorativas.

O conhecimento desconhecimento – encantamento - que doa lógica e interesse ao jogo relacional de gênero e sexualidade permite que os agentes dissimulem o aparato delimitativo advindo do escalonamento e os assumam como seus. A preocupação da Igreja Católica em manter seu poder simbólico sobre o objetivo e subjetivo pode, deste modo, ser transmutado em defesa da “família natural” – capital que escalonaria seus detentores em alto estamento – legitimando seu discurso de desígnio divino, tão amplamente divulgado há séculos. Ao mascarar seu interesse pelo jogo relacional de gênero e sexualidade consegue transfigurar os estudos de gênero em “ideologia de gênero”.

Para Bourdieu (2004, p. 43) o discurso religioso não depende da coerência da mensagem religiosa – seja ela conservadora ou de novo tipo - e sim da coincidência com o habitus de seus destinatários. A grande aceitação do posicionamento da Igreja Católica pode delatar como a separação Estado/Igreja não representa de fato o divórcio político/religioso. O habitus religioso de nossa sociedade permitiu que o discurso desta instituição fosse aceito até mesmo por outros campos como digno de valor, pois este posicionamento tende a manter o “status quo” de escalonamento dos agentes. Em outras palavras, foi necessário o interesse dos agentes e sua cumplicidade – criativa, plástica e dissimulativa - para que a mesma se tornasse algo inquestionável, como se a alcunha “ideologia de gênero” existisse há muito tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De uma hora para outra os brasileiros tornaram-se “especialistas” em gênero. Inúmeros artigos, notícias, cartas, mensagens etc.. Todas “especializadas” em “ideologia de gênero”. Desde 2014 tornou-se celebridade, o top do Pop. Do mais simples roceiro ao mais alto cargo do governo, todos “especialistas”, “especializados” em especificar o inespecífico.

Em face da aprovação do PNE 2014- 2024 surgiu no Brasil intensa discussão sobre a possibilidade da palavra gênero, se contida no PNE, destruir as bases da “família natural” através de uma ideologia gaysista a ser encucada nas crianças por meio de uma educação baseada numa “ideologia de gênero” que pretende acabar com a “moral cristã” e com os “bons costumes” de nossa sociedade.

De um lado aqueles que pretendem salvaguardar os “bons costumes”, de outro, “feministas ideólogas de gênero” que pretendem minar toda ordem social de nossa “santa nação”. Saiam às ruas, protestem, mandem e-mails etc., foram os apelos de várias igrejas em nosso País. Vários sites, blogs, redes sociais, entre outros, tornaram-se especialistas na tal “ideologia de gênero”.

As batalhas travadas entre ortodoxia – cristãs fundamentalistas e/ou conservadoras - e heterodoxia – movimentos sociais de inclusão e equidade - não são algo recente. O que nos chama atenção é que em

uma era considerada como “era da informação” persista a leitura superficial quanto às questões de gênero e do habitus religioso romanizado.

O crescente número de especialistas desespecializados que teimam na reprodução do discurso sexista, homofóbico, heteronormativo etc., nas questões de gênero aparece como falácia discursiva uma vez que mascara a realidade absolutizando o relativo. Ao denominarem como “ideologia de gênero” os estudos críticos das relações objetivas e subjetivas que se apresentam na disparidade social entre homem e mulheres, os coletivos religiosos dissimulam seus interesses reais, manter o seu capital simbólico - violência simbólica - sobre o imaginário social.

Os recentes impasses em torno do PNE apontam para a estruturação agencial firmada em capitais distintivos oriundos das relações de gênero e do papel da sexualidade heteronormativa. O texto aprovado, “erradicação de todas as formas de discriminação” (BRASIL-PNE. 2014, p. 22), ao suprimir a delimitação de quais tipos de discriminação seriam erradicadas, lançam os direitos na subjetividade e impossibilitam que estes tornem-se direitos exigíveis.

Este artigo não tem como intuito legitimar ou deslegitimar a ação política que a igreja acaba exercendo através de coletivos sociais e seus habitus. Acreditamos que tais discussões abarcam apenas a superficialidade do verdadeiro problema estrutural que nosso País enfrenta. Precisamos levantar um olhar crítico para perceber como a dissimulação do poder simbólico do campo religioso brasileiro é capaz de transversalizar sua ortodoxia no campo educacional.

Acreditamos que a investigação descritiva-interpretativa do fenômeno social advindo da alcunha “ideologia de gênero” amplamente divulgada ante a formulação do PNE é caminho relevante para entendermos o processo pelo qual o campo religioso atua para absolutizar o relativo através da reprodução social na estrutura da legislação educacional. Precisamos investigar como o mascaramento de interesses pelos estamentos feminilidade e masculinidade transmuta a ortodoxia do campo religioso em conhecimento escolar.

O movimento religioso “anti-ideologia de gênero” e suas consequências imediatas e futuras aparecem como caminhos relevantes para adentrarmos aos problemas que estruturam nossa sociedade e que teremos de enfrentar para que seja possível uma educação verdadeiramente democrática, inclusiva e integral. Deste modo, falar em uma educação participativa aponta para problemas profundos a serem enfrentados nas estruturas estruturadas estruturantes do habitus e nos interesses distintos e distintivos que o campo religioso perpetua através do interesse na “família natural”, nas relações de gênero e na sexualidade humana.

Como vimos na introdução deste artigo, a sobreposição dos campos educacional e religioso tem influência no grau de preconceito e distanciamento social do alunado brasileiro, além de prejudicar o aprendizado destes. A transmutação do poder simbólico do campo religioso em capitais dignos de

disputa no campo educacional delata a necessidade de nomear os direitos exigíveis na legislação escolar para que o espaço escolar não fique a deriva de referenciais excludentes que impossibilitem a superação das desigualdades educacionais.

ANDRADE, Péricles. Agência e Estrutura: O conhecimento praxiológico em Pierre Bourdieu. Estudos de Sociologia, Revista do PPGS - UFPE, v. 12. n. 2, p. 97-118. .

Disponível em:

<<http://>

[www.](http://www.revista.ufpe.br)

[revista.ufpe.br](http://www.revista.ufpe.br)

[/revsocio/index.php](http://www.revista.ufpe.br/revsocio/index.php)

[/revista/article/viewFile/228/187](http://www.revista.ufpe.br/revsocio/index.php/revista/article/viewFile/228/187)>. Acesso em 21 fev. de 2016.

AZZI, Riolando. A neocristandade: um projeto restaurador. São Paulo: Paulus, 1994.

AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus Van Der. História da Igreja no Brasil: ensaios de interpretação a partir do povo. Terceira época (1930 – 1964). Petrópolis: Vozes, 2008.

BOURDIEU, Pierre. "Estrutura, Habitus e Prática." In A Economia das Trocas Simbólicas, 337-361. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998. ["Postface." In Architecture Gothique et Pensée Scolastique, ed. Erwin Panofsky, 133-167. Paris: Éditions de Minuit, 1967]

_____. [1990b]. A codificação. In: Coisas ditas. Ed. Brasiliense. São Paulo. 2004. p. 96-107.

_____. [1996]. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Trad. Mariza Corrêa. 6. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2008.

_____. [1998b]. Representação política: elementos para uma teoria do campo político". In: O poder simbólico. Trad. Fernando Tomaz. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____. A distinção: crítica social do julgamento . Trad. Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

_____. A Economia das Trocas Simbólicas. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

BRASIL, Congresso Nacional. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Disponível em:

<<http://>

portal.mec.gov.br

[/arquivos/pdf/ldb.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf)

> acesso em 25 de jul. de 2015.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 [recurso eletrônico] : Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília, Edições Câmara, 2014. 86 p. – (Série legislação ; n. 125).

BRASIL. Emenda Constitucional Nº 65, DE 13 DE JULHO DE 2010.

Disponível em:

< <http://>

[www.](http://www.planalto.gov.br)

[planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)

[/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc65.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc65.htm)

> acesso em 28 de jul. de 2015.

BRASIL. Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação (PNE 2011/2020): projeto em tramitação no Congresso Nacional / PL no 8.035 / 2010 / organização: Márcia Abreu e Marcos Cordioli. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

106 p. – (Série ação parlamentar ; n. 436).

CONFERENCIA EPISCOPAL PERUANA. A Ideologia do Gênero: Seus Perigos e alcances. Tradução: Apostolado Veritatis Splendor - C.D.T. Publicado em 09/06/2008.

Disponível em:

< <http://>

img.cancaonova.com

[/noticias/pdf/281960_IdeologiaDeGenero_PerigosEAlcances_ConferenciaEpiscopalPeruana.pdf](http://img.cancaonova.com/noticias/pdf/281960_IdeologiaDeGenero_PerigosEAlcances_ConferenciaEpiscopalPeruana.pdf)

>. Acesso em 15 jun. 2015.

FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - BRASIL. Ministério da Educação. Ações Discriminatórias no Âmbito Escolar. Instituto nacional de estudos e pesquisas, 2009.

Disponível em:

< <http://>

portal.mec.gov.br

[/dmdocumentos/relatoriofinal.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocumentos/relatoriofinal.pdf)

> acesso em 25 de jul. de 2015.

HABERMAS, Jurgen. Entre naturalismo e religião: estudos filosóficos. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2007.

IIDM - INSTRUMENTOS INTERNACIONAIS DE DIEREITOS DAS MULHERES. Pequim, 1995.

Declaração da Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher.

Disponível em:

< http://
www.
onumulheres.org.br
/wp-content/uploads/2014/02/declaracao_pequim.pdf
Declara%C3%
A7%C3%
A3o%20
e%20
Plataforma%20
de%20
A%C3%
A7%C3%
A3o%20
da%20
IV%20
Confer%C3%
AAncia%20
Mundial%20
Sobre%20
a%20
Mulher%20
-%20
Pequim,%20
1995%20

->. Acesso em 10 jun. 2015.

LIMA FILHO, Andrade. A voz da Igreja. Diário do Nordeste, Recife, p. 03, 23 set. 1937. In: Os Intelectuais Católicos e a Formação do Discurso da Neocrisandade no Recife (1930 – 1937), por Carlos André Silva de Moura.

Disponível em:

< http://
www.
historiaehistoria.com
.br
/materia.cfm?

tb=artigos&id=110>. Acesso em 11 ago.de 2015.

MACHADO, Jónatas Eduardo Mendes. Liberdade religiosa numa comunidade constitucional inclusiva: dos direitos da verdade aos direitos dos cidadãos. Coimbra: Coimbra Editora, 1996.

MAFRA, Clara. Os Evangélicos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001

MAINWARING, Scott. Igreja Católica e Política no Brasil (1916 – 1985). São Paulo: brasiliense, 2004.

MANIFESTO. Gênero e diversidade sexual nas escolas: uma questão de direitos humanos. Publicado em 17/07/15.

Disponível em:

< <http://>

www.

cartacapital.com

.br

/sociedade/genero-e-diversidade-sexual-nas-escolas-uma-questao-de-direitos-humanos-6727.htm

l

> acesso em 15 de julho de 2016.

MOUFFE, Chantal. “Religião, democracia liberal e cidadania”. In: BURITY, A. J. & MACHADO, Maria D. C. (coord.). Os votos de Deus: evangélicos, política e eleições no Brasil. 1ª ed. Recife: Massangana, 2006.

PIERUCCI, Antônio Flávio. O desencantamento do mundo: todos os passos do conceito em Max Weber. Curso de Pós-Graduação em Sociologia. Ed. 34. São Paulo: USP, 2003.

SCALA, Jorge Scala. La Ideología de Género: o el género como herramienta de poder. Ed. Logos. Rosário, 2010.

TEIXEIRA SOARES, Álvaro. O Marquês de Pombal. Brasília: Editora da UnB, 1961.

VAGGIONE, Juan Marco. “Los roles políticos de la religión. Género y sexualidad más allá del secularismo”. In: VASSALLO, M. (org). En nombre de La vida.Córdoba/Argentina: Católicas por el Derecho a Decidir. 2005.

VILLAÇA, Antônio Carlos. O Pensamento Católico no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

[1] Consideramos os evangélicos tradicionais, os pentecostais, os neopentecostais, entre outras igrejas de raiz judaico-cristãs como subcampos deste. Reconhecemos que existem denominações com viés mais liberal com relação à ortodoxia e aos dogmas, mas nosso foco será os discursos conservadores e/ou fundamentalistas em relação ao papel da mulher e da sexualidade. [1] Este termo será utilizado para denominar coletivos religiosos que mesmo ante as mudanças sociais tendem a manter uma ortodoxia fechada e rígida em padrões morais, sociais, políticas, religiosas e comportamentais através de uma

leitura seletiva e literal do componente religioso cristão – bíblia e dogmas religiosos – como autoritativo e inquestionável, principalmente referente à determinação biológica como limitadora de papéis “naturais” por ser desígnio do próprio Deus. [1] Com o “Manifesto pela Evangelização do Brasil” (1870), assinados pelas igrejas presbiterianos, metodistas, congregacionais e batistas. Acrescida pelo surgimento do pentecostalismo nas primeiras décadas do século XX com as igrejas Congregação Cristã do Brasil (1909), Assembleia de Deus (1911) e posteriormente outras. (MAFRA, 2001) [1] Buscava a reafirmação do catolicismo como principal crença brasileira aclamando os valores religiosos tradicionais, que passam a ser mencionados como indispensáveis para ordem política e social da década de 30. Qualquer religião ou corrente ideária que fosse contrárias às doutrinas Romanas – religiões afros, protestantismo, pentecostalismo, espiritismo, liberalismo, comunismo, entre outros – eram combatidos. (AZZI. 1994, p. 07 e 08). [1] Como este trabalho quer fixar o olhar na sobreposição dos campos Religioso e Educacional não nos prolongaremos na discussão sobre a sobreposição entre campos político e religioso brasileiros, para saber mais sobre o movimento ver: AZZI; GRIJP. 2008.; MAINWARING. 2004.; LIMA, 1936.; VILLAÇA. 1975. [1] Os clérigos e intelectuais ligados à igreja alertavam sobre os perigos da crescente laicização do País que colocava em perigo a honra da família brasileira, movimento que teve seu grande ápice em 1964 com Marcha da Família com Deus pela Liberdade. [1] “Se durante o Ano Internacional da Família, celebrado em 1994, a atenção se concentrou sobre a mulher como mãe, a Conferência de Pequim torna-se ocasião propícia para uma nova tomada de consciência da múltipla contribuição que a mulher oferece à vida inteira das sociedades e nações”. (João Paulo II. 2015) [1] Habermas (2007), Machado (1996), Pierucci (1998 e 2003), Mouffe (2006) e Vaggione (2005). [1] [...] um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas [...] (Bourdieu, 1983b, p. 65). [1] Isso é o que quero dizer ao falar de interesse: vocês acham importantes, interessantes, os jogos que têm importância para vocês porque eles foram impostos e postos em suas mentes, em seus corpos, sob a forma daquilo que chamamos de o sentido do jogo. (BOURDIEU. 1996 [1930], p. 140) [1] [...] os jogos sociais são jogos que se fazem esquecer como jogos e a *illusio* é essa relação encantada com um jogo que é produto de uma relação de cumplicidade ontológica entre as estruturas mentais e as estruturas objetivas do espaço social. (BOURDIEU. 1996 [1930], p. 139-140)

[1] *Mestranda em Ciências da Religião do Programa de Pós graduação em Ciências da Religião da Universidade Federal de Sergipe. [1] ** Mestre em Teologia e graduando em Letras pela UFS.

Recebido em: 07/08/2016

Aprovado em: 09/08/2016

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Metodo de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: